

## **TORNAR-SE UNIVERSITÁRIA NA MEIA-IDADE: QUESTÕES DE GÊNERO, REFLEXÕES NECESSÁRIAS**

## **BECOMING A UNIVERSITY STUDENT IN MIDAGE: GENDER ISSUES, NECESSARY REFLECTIONS**

## **CONVERTIRSE EN UNIVERSITARIO DE MEDIANA EDAD: CUESTIONES DE GÉNERO, REFLEXIONES NECESARIAS**

Zoraide Santos Vieira<sup>1</sup>

Cristina Silva dos Santos<sup>2</sup>

Maria Cristina Dos Santos Oliveira<sup>3</sup>

**Resumo:** Debater sobre a presença da mulher de meia idade na universidade vem se mostrando de grande importância para compreensão da sociedade contemporânea e na construção de políticas públicas no campo da educação. O estudo tem por objetivo analisar as vozes de mulheres da faixa etária entre 40 a 60 anos e seus desafios e enfrentamentos no processo de inserção no ensino superior no curso de pedagogia da UESB - Campus Itapetinga. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, descritiva, 12 mulheres voluntárias, na faixa etária entre 40 a 60 anos fizeram parte da amostra. Os dados foram coletados através de um formulário virtual enviado ao e-mail das mulheres. Os resultados foram analisados com fins de ampliar a compreensão sobre a realidade estudada e demonstraram a naturalização dos aspectos de subordinação da mulher em relação ao homem, nas relações de poder presentes no tradicional modelo de família patriarcal. Políticas públicas estratégias educacionais capazes de ressignificar os papéis da mulher no mundo contemporâneo.

**Palavras-chave:** Gênero. Mulheres de Meia Idade. Educação Superior.

**Abstract:** Debating the presence of middle-aged women at the university has proved to be of great importance for understanding contemporary society and for building public policies in the field of education. The study aims to analyze the voices of women aged between 40 and 60 years and their challenges and confrontations in the process of insertion in higher education in the pedagogy course at UESB - Campus Itapetinga. The methodology used was a qualitative, descriptive approach, 12 women volunteers, aged between 40 and 60 years were part of the sample. Data were collected through a virtual form sent to the women's email. The results were analyzed in order to broaden the understanding of the reality studied and demonstrated the naturalization of aspects of subordination of

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (DCHEL) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0797-0061>. E-mail: [zoraide@uesb.edu.br](mailto:zoraide@uesb.edu.br).

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (DCHEL) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3205-0278>. E-mail: [cristinasantos@uesb.edu.br](mailto:cristinasantos@uesb.edu.br)

<sup>3</sup> Graduanda do 8º período no Curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7259-6577>. E-mail: [cristinaitapetinga@yahoo.com.br](mailto:cristinaitapetinga@yahoo.com.br).

women in relation to men, in the power relations present in the traditional patriarchal family model. Public policies educational strategies capable of re-signifying the roles of women in the contemporary world.

**Keywords:** Genre. Middle-Aged Women. College Education.

**Resumen:** Debatir la presencia de mujeres de mediana edad en la universidad ha demostrado: ser de gran importancia para comprender la sociedad contemporánea y construir políticas públicas en el campo de la educación. El estudio tiene como objetivo analizar las voces de mujeres con edades entre 40 y 60 años y sus desafíos y confrontaciones en el proceso de inserción en la enseñanza superior en el curso de pedagogía de la UESB - Campus Itapetinga. La metodología utilizada fue de enfoque cualitativo, descriptivo, 12 mujeres voluntarias, con edades entre 40 y 60 años formaron parte de la muestra. Los datos fueron recolectados a través de un formulario virtual enviado al correo electrónico de las mujeres. Los resultados fueron analizados con el fin de ampliar la comprensión de la realidad estudiada y demostraron la naturalización de aspectos de subordinación de la mujer en relación al hombre, en las relaciones de poder presentes en el modelo familiar patriarcal tradicional. Políticas públicas estrategias educativas capaces de resignificar los roles de las mujeres en el mundo contemporáneo

**Palabras clave:** Género. Mujeres de mediana edad. Educación universitaria

## Introdução

Frente às profundas transformações comportamentais e de valoração do papel social das mulheres ocorridos em decorrência das lutas acampadas pelos movimentos feministas por equidade dos direitos e oportunidades, na segunda metade do século XX, que vem abrindo caminho para a mulher estar presente para além do espaço privado do lar. O presente artigo promove uma discussão sobre gênero e mulheres na universidade, centrando o olhar em mulheres de meia idade<sup>4</sup> matriculadas na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), tendo como base a seguinte pergunta de pesquisa: Quais os principais desafios e enfrentamentos que as mulheres de meia idade encontram na sua trajetória acadêmica no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - campus Juvino Oliveira em Itapetinga- Bahia?

Temos como objetivo geral: analisar as vozes de mulheres da faixa etária entre 40 a 60 anos e seus desafios e enfrentamentos no processo de inserção no ensino superior no curso de pedagogia da UESB - Campus Itapetinga. Objetivos específicos: traçar um perfil das alunas de meia idade pesquisadas; identificar os principais fatores impeditivos para que estas mulheres adentrassem ao ensino superior em idade considerada normal, identificar as

<sup>4</sup> Apesar da classificação etária proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS), considerar meia-idade pessoas com 45 a 59 anos. Frente às mudanças em relação às perspectivas de vida, as quais vêm sendo alteradas, para fins de análise deste estudo, meia idade refere-se à faixa etária entre 40 a 60 anos.

questões de gênero presentes nestes fatores impeditivos; verificar os principais desafios, dificuldades que elas enfrentam para permanecerem no ensino superior.

Torna-se importante discutir a presença da mulher em espaços públicos os quais só eram permitidos homens, mas que aos poucos, ainda que encontre às portas só “entreabertas”, começa a ser lugar também para mulher. Segundo Dessen (2010) e Bruschini (2007), as mulheres que hoje se encontram na meia idade sofreram influência do modelo familiar das décadas de 50 e 60, no qual competia à mulher ser mãe, cuidar da casa, da família e da educação dos filhos, restringindo-se ao âmbito privado, doméstico.

Acreditamos que o conteúdo deste trabalho possa contribuir para um olhar diferenciado às mulheres de meia idade, respeitando suas falas, seus enfrentamentos e conquistas diárias. Trata-se de uma temática de grande importância para compreensão da sociedade contemporânea e na construção de políticas públicas no campo da educação.

É um estudo qualitativo, descritivo, o qual, conforme Richardson (1985) valoriza o conteúdo das respostas e expõe aproximações sucessivas da realidade além de descrever com ricos detalhes os aspectos importantes da pesquisa, contribuindo para uma melhor compreensão das informações.

Devido ao isolamento Social imposto pela pandemia do Covid 19, os dados foram coletados através de um formulário eletrônico/questionário, com perguntas abertas e fechadas enviadas para o e-mail de todas as mulheres com idade entre 40 e 60 anos matriculadas no curso de pedagogia da UESB Itapetinga. Das 15 (quinze) mulheres com esta faixa etária matriculadas na UESB até o segundo semestre de 2021, 12 (doze) responderam ao formulário.

Os dados coletados foram categorizados conforme análise de categorias de Bardim (1977). Destacamos que a pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética sob o parecer n. 4.755.405. Cada mulher pesquisada neste estudo foi identificada com nomes fictícios, foram escolhidos 12 nomes gregos<sup>5</sup>.

## **Para Começo de Conversa...**

Desde as sociedades mais antigas às mulheres vêm sendo marginalizadas, tratadas como de menor valia, um ser incompleto. Discutir gênero e educação é fundamental para a interpretação das sociedades contemporâneas, bem como na definição de políticas públicas no campo educacional.

<sup>5</sup> Afrodite, Ártemis, Atena, Gaia, Helena, Hera, Irir, Maia, Nix, Olímpia, Shofia, Temis.

Entretanto, para permitir uma visão mais aprofundada sobre nossa temática de estudo, gostaríamos de iniciar falando sobre a idade compreendida como meia idade, um viés importante deste estudo. Conforme Antunes e Silva (2013), à sociedade, para se organizar e manter o controle, divide a vida em períodos representados por quatro estágios principais: infância, juventude, idade adulta e velhice.

Schneider e Irigaray (2008, p.589), advogam que a idade, em termos numéricos marca em que estágio da vida um indivíduo se encontra: “A idade cronológica, que mensura a passagem do tempo decorrido em dias, meses e anos desde o nascimento, é um dos meios mais usuais e simples de se obter informações sobre uma pessoa” e, frente a isso, perante as leis, a idade cronológica classifica as pessoas enquanto “jovens”, ou “velhos”; entretanto, Britto da Motta (2006), para além dos fatores biológicos, destaca que a idade pode ser vista sob uma definição cultural frente a qual se convencionou regular a participação social.

Oliveira (2004) destaca que a idade adulta é considerada a mais equilibrada das fases da vida. O estágio de vida adulta se constitui o período mais extenso do ciclo da vida e encontra-se dividida em três subclasses: jovem adulto, adulto-adulto e meia idade.

Ainda segundo o autor supracitado, é na meia idade que se encontram as principais variações estreitamente relacionadas às condições de vida, nesta faixa etária as pessoas já têm um histórico de “[...] constituíram famílias, [...], aprendem em diferentes dimensões da vida, [...], têm projetos individuais e coletivos. Todas essas características trazem em si, potenciais para profundas transformações.” (OLIVEIRA, 2004, p. 217).

Merece destaque a conceituação que Papalia e Feldman (2013, p. 512) dão à meia idade: “[...] vida adulta intermediária em termos cronológicos como a idade entre 40 e 65 anos, porém não há consenso quando a meia idade começa e termina ou sobre eventos biológicos que demarcam suas fronteiras.” Entretanto, alguns eventos biológicos são apresentados por Trench e Santos,

Na vida das mulheres, diferentemente do que acontece com os homens, existe marcos concretos que sinalizam diferentes fases ou passagens de suas vidas, tais como a menarca, a ruptura do hímem, à última menstruação. São marcos visíveis no corpo físico e, obviamente, cada cultura os investe de sua rubrica. De outro lado, podemos facilmente identificar um traço que parece comum e presente em diferentes sociedades e épocas históricas: A valorização da mulher na fase reprodutiva e a sua desvalorização na fase não reprodutiva (TRENCH; SANTOS, 2005, p. 92).

Os autores conseguem apresentar alguns destaques que demarcam às fases da vida utilizando justamente uma perspectiva de classificação da mulher por sua biologia, uma perspectiva de gênero citada por Luz Júnior (*apud* CONNEL, 1995, p. 189) destaca que:

O gênero é [...] a forma pela qual as capacidades reprodutivas e as diferenças sexuais dos corpos são trazidas para a prática social e tornadas partes do processo histórico. No gênero, a prática social se dirige aos corpos. Através dessa lógica, as masculinidades são corporificadas, sem deixar de ser sociais.

A visão descrita acima corrobora com os escritos de Saffioti (*apud* COSTA, 1992, p. 24), que também defende a categoria gênero enquanto relacional e, portanto, só pode ser captada envolta nas relações sociais e no processo histórico. A maneira como mulheres e homens se identifica é um processo histórico o qual é construído sob determinadas circunstâncias e associações feitas em grupo social e ideologia dominante, dentre outros.

Frente a esta percepção, partimos de um pressuposto que às relações sociais são mutáveis visto serem, numa perspectiva dialética, construídas, reproduzidas e transformadas pelas práticas sociais conflituosas e contraditórias presentes nas relações vigentes na sociedade. Portanto, discutir gênero e poder se torna imprescindível.

Conforme argumenta Bertolini (2002), por muitas décadas a vida pública só era permitida para os homens, o universo feminino limitava-se às atividades domésticas, aos cuidados com os filhos, marido, enfim, cuidar da família e do lar, um ser social invisível, “[...] a segregação social e política a qual as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito” (LOURO, 1997, p. 17).

De acordo com o que destacou Mourão e Galinkin (2008), a cultura hegemônica androcêntrica e de desigualdades de gênero que limitava as mulheres aos espaços privados devido sua “natureza”, não apenas excluía a mulher de participar da vida pública, mas também a privava da oportunidade de estudar, e de desenvolver quaisquer atividades sociais extra domésticas, que eram considerados pela burguesia contemporânea como degradantes e contrárias à vocação “naturalmente” feminina.

O direito de estudar sempre foi um desafio para as mulheres, mesmo àquelas de famílias abastadas, do império; elas estavam excluídas do processo formativo educacional, restritas exclusivamente à catequese. Sua formação era direcionada exclusivamente para o lar, e para aprender o papel de esposa. Suas principais tarefas estavam em organizar a economia

da casa, trabalhar a educação dos filhos, assim como realizar com eficácia e eficiência o papel de mulher do lar<sup>6</sup>.

Neste sentido, Ribeiro (2000), relata:

No século XVI, na própria metrópole não havia escolas para meninas. Educava-se em casa. As portuguesas eram, na sua maioria, analfabetas. Mesmo as mulheres que viviam na Corte possuíam pouca leitura, destinada apenas ao livro de rezas. Por que então oferecer educação para mulheres ‘selvagens’, em uma colônia tão distante e que só existia para o lucro português (RIBEIRO, 2000, p.81).

A mulher era educada fora do espaço formativo escolar, uma educação forjada em cultura excludente e estigmatizada. Os saberes que constituíam o currículo da filha, esposa, dona de casa, estavam vinculados aos conhecimentos tradicionais da mãe. É inegável que as mulheres vêm sendo silenciadas e ou excluídas sua participação pouco valorizada na história. A desigualdade de gênero é algo cultural, resultado de costumes de várias gerações decorrente de uma cultura e educação baseada em uma sociedade patriarcal.

Barreto denomina este período de silenciamento e exclusão da mulher da vida pública como período “de inércia, [...] mulheres sem representatividade alguma em seus direitos, [...] analfabetas e subordinadas juridicamente a seus maridos, [...]” (BARRETO, 2014, p. 4).

A instrução formal era exclusividade masculina visto que o conhecimento científico não caberia às mulheres, uma vez que suas funções sociais (de esposa e mãe), restritas ao espaço privado, apenas lhes exigiriam conhecimentos e habilidades inatos. A instrução seria, portanto, “contrária tanto ao papel das mulheres quanto a sua natureza: feminilidade e saber se excluem”, pois, “uma mulher culta não é uma mulher” (PERROT, 2015, p. 93).

São estarecedoras as pontuações trazidas por Hahner (2003) quando afirma que até a promulgação do Código Civil de 1916 o marido era o “**cabeça do casal**”<sup>7</sup> enquanto a mulher era considerada subalterna, menor, sendo assim: “Uma mulher casada tinha que se submeter à autoridade do marido nas questões relativas à educação, [...]. A lei negava às mulheres casadas o direito de [...] sem o consentimento de seus maridos” (HAHNER, 2003, p. 44-45). Conforme a autora, tanto “na lei, como nos costumes, a ideologia da supremacia masculina era prevalente” (p. 44).

<sup>6</sup> Vale ressaltar que estamos considerando aqui questões muito particulares, essa realidade ainda estava restrita a uma elite branca de mulheres, considerando que havia um vasto grupo de homens e mulheres, negros, vindos da África para serem escravos nas fazendas de café. A esse público nenhuma educação era oferecida, somente o trabalho e a escravidão.

<sup>7</sup> Ainda hoje, no aspecto religioso, o marido é considerado o cabeça da família.

A luta das mulheres por igualdade se estende a vários setores, dentre eles a educação, de forma que aos poucos esses espaços foram sendo preenchidos lentamente, e as vozes das mulheres ecoadas sejam por meio de manifestos, seja ocupando áreas de poder e, como resultados destas lutas e ações efetivas na direção de políticas públicas de democratização do ensino superior no Brasil, Barroso e Mello (1975) destacam que, em 1956 as mulheres representavam 26% do total de matriculados nas universidades, em 1971 estes números cresceram para 40% entretanto, a reversão deste quadro, conforme apresenta Moema Guedes (2009) ocorreu no início dos anos 2000, conforme o censo de educação superior Inep/Deed (2013) dos (as) acadêmicos ingressos, matriculados e concluintes as mulheres superaram aos homens, sendo que as ingressantes no ensino superior chegaram a 56,1%, destas, 60,6% concluem, comprovando assim a busca constante da mulher na busca por melhoria educacional.

## Resultados e Discussões

Foram 12 as mulheres que participaram deste estudo, estas possuem idade média de 45,8 anos, 50% são casadas, 33,3% solteiras, 8,33% viúva e 8,33% divorciadas, todas disseram ter filhos e, destas 75% informam trabalhar fora de casa, num total de 40 horas por semana. Quanto à religião 42% informaram ser protestantes. Quando indagadas em relação ao ensino médio, todas estudaram em escolas públicas e a média de idade em que concluíram o ensino médio, foi de 23 anos, 80 % informaram que este é o primeiro curso superior que iniciaram.

Para as mulheres de meia idade adentrarem na universidade nesta fase de suas vidas, poderem voltar a fazer planos quando os filhos já estão crescidos pode representar um sonho, uma conquista, reafirmação para si e para as demais que ainda possuem potenciais para realizar grandes coisas (SOUZA, *et al*, 2019).

Não podemos deixar de pontuar que, apesar dos filhos das mulheres de meia idade já estarem crescidos, a jornada de trabalho se mantém muito elevada. Nossas pesquisadas possuem uma jornada de trabalho considerada muito árdua, pois além de serem donas de casa, ainda trabalham formalmente 40 horas semanais. São mães, esposas, estudantes e trabalhadoras. As demandas impostas pela vida em sociedade por vezes servem de cortina de fumaça impedindo uma análise mais adequada sobre como é difícil realizar tantas atividades e obrigações, sempre algo fica para depois ou é feito de maneira parcial; criando um misto de sentimentos de culpa, consequência da sobrecarga de trabalho.

Outro ponto que se torna interessante destacar é que os dados acima deixam à mostra que a vida acadêmica das entrevistadas não foi fácil e tal fato pode ser evidenciado pela média de idade que estas tinham quando concluíram o ensino médio. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394 /96, a idade considerada adequada para emissão de certificado de conclusão de ensino médio é 19 anos e, entre as entrevistadas, a média desta conclusão foi de 23 anos, fora do padrão. Voltar a estudar depois de uma parada de por vezes vinte anos é um desafio que vale destacar.

Ao serem perguntadas sobre os motivos impeditivos para que as mesmas ingressassem na universidade imediatamente após o ensino médio, como seria o comportamento considerado padrão, as pesquisadas afirmaram que apesar de ser um comportamento esperado, de verdade nem todas as mulheres têm acesso ao ensino superior logo após a conclusão do ensino médio. Em suas narrativas, as mulheres destacaram que não tiveram oportunidades de adentrarem na universidade na idade considerada padrão, pois precisaram aderir ao mercado de trabalho para ajudar no sustento da família, tiveram gravidez precoce, cuidados com os filhos, idosos, do lar e também pela imaturidade. Assim afirma Maia: “Porque engravidei e tive que ir trabalhar, para manter meus filhos”. Iris relata “Precisava trabalhar e o acesso à universidade era praticamente impossível”. Ainda nesse sentido, Helena afirma que precisou escolher entre o trabalho e o estudo.

Além do aspecto financeiro, observaram-se questões de gênero corroborando na impossibilidade de adentrar na universidade na idade considerada padrão. Temis comenta sobre a chegada de um filho e por conta disso, priorizou o sustento da família, “Veio filho, e a prioridade foi o trabalho”. Partindo dessa premissa, a pesquisada Maia relata ter priorizado a família, “porque engravidei e tive que ir trabalhar, para manter meus filhos”. O papel de ser mãe, de tomar conta da casa do filho é unicamente seu. Foi relatada a falta de apoio e compreensão do marido e da família. Na fala de Atena, uma das entrevistadas que tentou entrar na faculdade na idade padrão, mas, conforme afirma: “Abandonei a faculdade que era em outra cidade, para casar” percebe-se a emblemática relação de poder que define os lugares de gênero, na família tradicional patriarcal o casamento se encontra em primeiro lugar na escala de prioridades.

Diante disso, pode-se perceber que as questões referentes ao padrão da família patriarcal, influenciam diretamente na intenção das mulheres em adentrar no ensino superior, visto que, suas prioridades deveriam ser os filhos, o marido e o lar.



Outra questão dificultadora relacionada ao financeiro, e que também foi citado por uma entrevistada foi o deslocamento para prestar vestibular bem como, em caso de ser aprovado, estudar. Como se sabe, há alguns anos atrás as universidades eram em número pequeno e, em geral localizadas nas capitais do estado ou em cidades consideradas principais e só sendo acessíveis para os que possuíam condições financeiras para tal deslocamento e permanência.

Algumas estratégias e políticas públicas, a exemplo, o SISU e a chegada das universidades nas cidades dos interiores fizeram com que as alunas entrevistadas tivessem acesso ao ensino superior.

Fatores sociais e financeiros são descritos por Raposo e Gunther (2008, p. 127) como principais causas impeditivas mulheres ingressarem no ensino superior enquanto jovens:

Os respondentes apontaram, ainda, obstáculos relacionados a problemas com a família, com os filhos e com o casamento. Referiram-se aos maridos que não permitiam o retorno de suas companheiras aos estudos; à doença na família; os pais analfabetos que afirmavam que “a mulher não trabalha, então não precisa estudar”. Foram relatadas, também, dificuldades ligadas à falta de oportunidade na vida, ao fato que a escola “parecia não ser o meu lugar”, ao desestímulo dos colegas. Obstáculos financeiros e profissionais, bem como falta de tempo, fizeram parte dos relatos.

Os dados acima foram confirmados pelas partícipes deste estudo e, portanto, devem servir como marcadores na elaboração de políticas públicas para educação com atenção sensível às mulheres.

Quando indagadas sobre os motivos que as fez voltar a estudar, uma resposta bem frequente foi à realização de um sonho: Ártemis, estar na universidade é “Realizar um sonho e poder contribuir com a minha formação”. Ainda nesse sentido, Atena afirma que “sempre foi meu sonho estudar numa universidade pública”. Chamamos atenção para o fato de que a realização do sonho se complementa a estar numa universidade pública, o que aumenta ainda mais a conquista efetivada visto que entrar numa instituição pública não é tarefa considerada fácil. Conforme podemos destacar nos relatos de Ávila e Portes (2012, [sp]). “[...] No Brasil, ingressar em uma universidade pública é privilégio de poucos”.

Outro motivo para adentrar no ensino superior e que foi além da realização de um sonho foi relacionado a uma mudança de vida, estar mais ativa, com maior independência e energia para continuar buscando novas experiências com maior qualidade. A pesquisada Atena comenta sobre o seu desejo de entrar na universidade com intuito de ter novos conhecimentos: “Querida exercitar minha mente, procurar conhecimentos e novas

oportunidades". A esse respeito Afrodite afirma que decidiu cursar pedagogia nessa fase da vida por “vontade de adquirir conhecimento, e ter uma formação superior”.

Leonel (2013) discute sobre como a entrada na universidade acaba se tornando uma grande mudança na vida da mulher de meia idade, visto que esse processo apresenta um novo espaço para novos aprendizados e de interações sociais.

As pesquisadas atrelaram a entrada na universidade à percepção de que um curso superior pode promover aumento da renda familiar. Nesse sentido, a pesquisada Maia comenta sobre como o ensino superior poderá torná-la mais qualificada para o mercado de trabalho, pois existe “a necessidade de uma qualificação”. Corroborando Maia, Ártemis entende que fazer um curso superior poderá lhe proporcionar “um bom emprego ou quem sabe um concurso público”.

O papel da mulher se torna cada vez mais presente no mercado de trabalho, porém, as melhores oportunidades de emprego exigem qualificação. Nesse sentido, Ireneu *et. al.* (2017, p. 107) discorre sobre essa busca por melhores empregos:

E nessa lógica da busca por empregos melhor remunerados, exige-se das mulheres mais qualificação e, conseqüentemente, o acesso à educação, antes restrita aos meninos e homens. O acesso à educação esteve sempre como um dos focos do movimento feminista de outrora, juntamente com os direitos econômicos e políticos. Com isso os crescentes níveis de escolarização feminina, além da idade mais tardia no casamento favoreceu o acesso das mulheres a níveis mais elevados de qualificação profissional.

10

Nas diversas narrativas das mulheres pesquisadas, pode-se observar que existe a necessidade de qualificação através da educação para alcançarem melhores empregos e remunerações no mercado de trabalho, ou seja, um dos meios de se concretizar esse desafio é por meio do ensino superior.

Quanto à escolha do curso de pedagogia, os motivos foram os mais variados, para Sophia “Consegui um bom emprego ou quem sabe um concurso público”, para Ártemis “Era o curso que sempre sonhei, e com o ENEM as portas se abriram para mim”. Em contrapartida, de acordo com Hera a escolha está relacionada à falta de opções de outros cursos no Campus, como relatado: “estou cursando Pedagogia porque na cidade não tem o curso que gostaria de fazer”. Ressaltamos que não nos foi informado o curso que Hera gostaria de fazer

O curso de pedagogia, conforme destaca Freire (1997) vem sofrendo associações construídas culturalmente identificando o ser professora com o cuidar, uma extensão do lar aos alunos. Entretanto, ele alerta sobre as conseqüências que esse tipo de atitude pode ocasionar, “Ensinar é profissão que envolve certa tarefa, certa militância, certa especificidade

no seu cumprimento enquanto ser tia é viver uma relação de parentesco” (FREIRE, 1997, p. 9).

Nesse sentido, Barreto (2014, p. 26) reafirma que a visão de cuidar, da extensão do lar, a ideia de tia entre outras questões estigmatizadas e de gênero fazem com este curso ainda tenha um público-alvo e predominantemente feminino, “[...] de maneira geral, às mulheres continuam em alta nas áreas que demandam características pessoais socialmente consideradas “mais femininas”, como nas carreiras de Educação, Saúde, Bem-Estar Social, e Humanidades e Artes”.

Com relação às principais dificuldades enfrentadas enquanto acadêmicas em uma universidade após um lapso temporal em média de 20 anos sem estudar corroboram com alguns fatores relatados por Souza et al,

Ao retornar sentiram dificuldades em se readaptar a sala de aula. Agora, com a nova rotina, organizar e conciliar o tempo disponível com as diversas atividades do cotidiano, concretizadas nas duplas e até triplas jornadas diárias, lidar com o fator tempo tem sido muito desafiante no tocante ao “dar conta” de todas as tarefas que se propõem. (SOUZA *et al*, 2019, p. 14).

Mesmo com os filhos um tanto crescidos, Iris aponta como um fator de dificuldade para ser acadêmica nesta fase da vida à necessidade de dividir o tempo dos estudos com a família: “Cuidar de filhos.... atenção que vc tem que dar ao marido”. Isso faz com que o seu rendimento acadêmico não seja satisfatório como ela esperava. Por outro lado, a pesquisada Ártemis relata que devido às demandas da universidade “Não consigo dar atenção pra minha família como antes”.

Sophia relata que a falta de compreensão do seu companheiro acaba se tornando um obstáculo para a sua formação acadêmica, “[...] Falta de compreensão do marido, visto que, ele não entende a importância do curso superior; às vezes fico querendo fazer as atividades do lar na hora da aula para ganhar tempo. kkk”. Nos chama muita atenção para o fato de que, por mais marcantes e visíveis que estejam às questões de gênero, a posição de subordinação em que a mulher se encontra as entrevistadas não demonstram perceber. Às mulheres têm que cumprir com atividades de mãe e esposa, enquanto o homem tem maior liberdade e suporte das mulheres.

De fato, gênero organiza e legitima não apenas a divisão sexual do trabalho e a construção de papéis sociais correspondentes, mas também a divisão sexual de direitos e responsabilidades, o acesso e controle sexualmente diferenciado a oportunidades de trabalho, bem como a instrumentos e meios de produção, recursos e fontes de renda e de crédito, capital, conhecimento,

educação, instâncias decisórias, etc. (SARDENBERG ; MACEDO 2011, p.4)

Os papéis dominantes de gênero neste estudo são visíveis inclusive nas formas como os conflitos são resolvidos pelas entrevistadas: ora desistem de estudar, ora querem concluir as atividades de casa de maneira rápida, ora se sentem culpadas por não dar atenção adequada à família.

Sardenberg e Macedo (2011) fazem um destaque o qual vale muito a pena ser pensado, repensado e ressignificado no cotidiano das famílias, desde muito criança as meninas são ensinadas e estimuladas a assumirem papéis domésticos que as relacionam a seu papel enquanto reprodutora, enquanto mãe e esposa, enquanto que os meninos são ensinados e estimulados a brincarem livremente, fora das paredes da casa, desobrigados e, por vezes, até desestimulados a colaborar com as tarefas da domesticidade. Frente a esta domesticação da mulher, o sair de casa pode gerar o peso da culpa, de que está fazendo algo errado, conforme pode ser relatado na narrativa de algumas das mulheres por nós pesquisadas.

## Considerações Finais

Dizer que o presente estudo se encontra encerrado é ser por demais pretensioso visto que muitas questões ainda precisam ser consideradas. Entretanto, acreditamos que as narrativas até aqui apresentadas possam contribuir e auxiliar mulheres para que possam viver em seu tempo presente e serem capazes de se perceberem enquanto donas de si e de suas histórias. A desconstrução dos modelos de vida patriarcal perpetuado por séculos e infelizmente incorporados no seio de nossas sociedades é imprescindível para que às mulheres possam ser quem elas quiserem e fazer ou estarem onde desejarem, com suas consciências livres das marras da culpa estabelecidas na égide de um modelo patriarcal.

Os objetivos deste estudo foram alcançados e as narrativas apresentadas revelam que os principais motivos que impediram estas mulheres, hoje de meia idade, de alcançarem seus sonhos enquanto eram jovens tem suas raízes na naturalização dos aspectos de subordinação da mulher em relação ao homem; nas relações de poder presentes no tradicional modelo de família patriarcal.

O estudo também destacou alguns dos porquês estas mulheres retornarem às salas de aula após um hiato de 20 anos, dentre estes motivos destacamos: a realização de um sonho, ampliação de conhecimentos, estar mais preparada para o mercado de trabalho. As mulheres pesquisadas também relataram dificuldades em suas caminhadas enquanto universitárias nesta

fase da vida. Vale relatar que todas estas dificuldades têm nas questões de gênero seus aspectos fundamentais.

## Referências

- ANTUNES, P. de C.; SILVA, A. M. Elementos sobre a concepção da Meia Idade, no processo de envelhecimento humano. São Paulo, **Revista Kairós Gerontologia**, v. 16, n. 5, p. 123-140, 2013.
- ÁVILA, R. C.; PORTES, É. A. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 809-832, set.-dez., 2012.
- BARRETO, A. A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**. n. 6, jul./dez., 2014. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP.
- BARROSO, C. L. M.; MELLO, G. N. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, 15, p. 47-77, 1975.
- BERTOLINI, L. B. A. **Relações entre o trabalho da mulher e a dinâmica familiar**. 2. ed. São Paulo: Vetor. 2002.
- BRITTO DA MOTTA, A. Visão antropológica do envelhecimento. In: PY, L; FREITAS, E.V.; CANÇADO, F. A. X.; DOLL, J.; GORZONI, M. L. (Orgs.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, v. 1, p. 78-82. 2006.
- BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572. 2007.
- CONNEL, R. W. Políticas da Masculinidade. **Educação & Realidade**. Recife, jul/dez. 1995.
- COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- DESSEN, M. A. Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. **Psicologia: Ciência e Profissão** (Núm. Esp.), p. 202-219. 2010.
- DRUMONTT, M. P. Elementos Para Uma Análise do Machismo. **Perspectivas**, São Paulo, v. 3, p. 81-85, 1980.
- FREIRE, P. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1975.
- HAHNER, J. E. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

IRINEU, R. de A.; GONDIN, A. M. de C.; MENEZES, I. A educação superior e as políticas de igualdade de gênero: experiências no Brasil e em Portugal. **Revista feminismos**. v. 5, n.1, jan.-abr. 2017.

LEONEL, S. B.; GARCIA, Agnaldo. Mudanças Percebidas na Relações Familiares e de Amizade Por Mulheres de Meia-Idade Cursando a Universidade. **Interação Psicologia**. Curitiba, v. 20, n. 1, p. 39-48, jan./abr., 2013.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pósestruturalista. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUZ JÚNIOR, A. A. **Educação física e gênero**: olhares em cena. São Luís: Imprensa Universitária/UFMA/CORSUP, 2003.

MOURÃO, T. M.; GALINKIN, A. L. Equipes gerenciados por mulheres - Representações sociais sobre gerenciamento feminino. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21, n. 1, p. 91-99. 2008.

OLIVEIRA, N. K de. Ciclos de vida: algumas questões sobre a psicologia do adulto. São Paulo, **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 211-229, maio/ago. 2004.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2015.

RAPOSO, D. M. dos S. P.; GÜNTHER, I. de A. O ingresso na universidade após os 45 anos: um evento não normativo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 1, p. 123-131, jan./mar. 2008.

RIBEIRO, A. I. M. Mulheres Educadas na Colônia. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000, p. 79-94.

SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1987.

SARDENBERG, C.; MACÊDO, M. S. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, A. A. A.; RODRIGUES, A. T.; VANIN, I. M. (Orgs.). **Ensino e Gênero**: perspectivas transversais. 2. ed. Salvador: UFBA/NEIM, 2011, v. 1, p. 39-58.

SCHINEIDER, R. H.; IRIGARAY, T. Q. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia**, Campinas (PUCCAMP. Impresso), v. 25, p. 585-593, 2008.

SOUZA, B. T. M. de; SANTOS, M. I de F.; SANTOS, M. M. A. dos; MONTEIRO, A. M. L. **Vozes de mulheres de meia idade**: desafios e enfrentamentos no processo de inserção no ensino superior. 2019. UFPE. Disponível em: <http://www.ufpe.br/documents/39399/2403144/SOUZA%3B+SANTOS%3B+SANTOS%3B>

Revista de Estudos em Educação e Diversidade. v. 3, n. 9, p. 1-15, jul./set. 2022.

Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/reed>

ISSN: 2675-6889

+MONTEIRO++2019.1.pdf/46eb2643-0a3c-4af4-9bb4-7a235326b586. Acesso em: 13 jul. 2022.

TRENCH, B.; SANTOS, C. G. dos. Menopausa ou Menopausas? **Saúde e Sociedade** v. 14, n. 1, p. 91-100, jan-abr, 2005, p. 91-100.

Recebido em: 27 de julho de 2022.

Aprovado em: 26 de setembro de 2022.